

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/MG: RELAÇÕES E CONTRADIÇÕES

Erick Alan Moreira Ferreira¹
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Rafael H. Teixeira-da-Silva²
Rosana, SP, Brasil

Fahrenheit Amarante³
Teixeiras, MG, Brasil

Resumo: Ouro Preto foi a primeira cidade brasileira a ser consagrada como Patrimônio Mundial da UNESCO em 1980. A chancela da UNESCO inseriu a localidade no bojo da *patrimonialização global*. Esse movimento fez elevar o número de investimentos e de turistas para a cidade. Diante desse contexto busca-se debater, criticamente, a relação entre turismo e patrimônio cultural. Especificamente procura-se, dentre outros objetivos, discutir sobre as dimensões socioespaciais e territoriais correlatas ao uso do patrimônio cultural para fins turísticos na cidade mineira. Metodologicamente, foi realizada uma investigação de abordagem qualitativa que se encaminhou por meio de pesquisa bibliográfica. Conclui-se que, em Ouro Preto, a relação entre turismo e patrimônio cultural apresenta inúmeras contradições que materializam nas desigualdades territoriais e na segregação socioespacial. Isto posto, espera-se que o poder local e as resistências sociais instituem instrumentos de enfrentamento úteis frente ao processo de segregação, prezando pela manutenção de espaços multifuncionais, voltados para a fruição e apropriação efetiva do patrimônio. Além disso, vislumbra-se uma política urbana-patrimonial mais justa, baseada na gestão participativa. Há, ainda, a necessidade de ativar memórias que sejam integradoras, que estimulem o diálogo, que permitam escapar de imposições historicamente estabelecidas. Ademais, deve-se suprir a carência de patrimônios identificados em todos os setores territoriais da cidade, sobretudo nos espaços marginais.

Palavras-chave: Ouro Preto. Patrimônio Cultural. Colonial-Barroco. Dinâmica Territorial.

Tourism and Heritage in Ouro Preto/MG: relations and contradictions

Abstract: Ouro Preto was the first Brazilian city to be declared a UNESCO World Heritage site in 1980. UNESCO's endorsement included Ouro Preto in a world heritage context. This movement has increased the number of investments and tourists to the city. Therefore, we seek to discuss the confrontational relationship between tourism and heritage. In particular, the purpose is to consider the territorial, socio-spatial reverberations of this practice. A descriptive and exploratory research was carried out using bibliographic research techniques and document analysis. It was possible to point out the relationship between tourism and heritage reveals numerous contradictions that materialize in territorial differences and socio-spatial segregation. It is expected that the local power and social resistances institute useful confrontation instruments

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da UERJ. Email: erick.ferreira@ifrj.edu.br.

² Professor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FEC/Rosana). Email: rafael.henrique@unesp.br.

³ Mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela UFV. Email: fahrenheit.amarante@ufv.br

against the segregation process, praising the maintenance of multifunctional spaces, focused on the fruition and effective appropriation of the heritage. In addition, it glimpses a fairer urban patrimonial policy based on participative management. There is also a necessity to activate memories that are integrative, which simulate dialogue, that allow us to escape from historically established impositions. As well as, it is important to supply the lack of heritage sites identified in all territorial sectors of the city, especially in marginal spaces.

Keywords: Ouro Preto. Cultural Heritage. Baroque colonial (Brazilian Baroque). Territorial Dynamics.

Turismo Y Patrimonio en el municipio de Ouro Preto/MG: relaciones y contradicciones

Resumen: Ouro Preto fue la primera ciudad brasileña en ser consagrada como Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO en 1980. El sello de la UNESCO insirió la localidad en medio del patrimonio mundial. Este movimiento aumentó el número de inversiones y turistas a la ciudad. Así, se busca discutir la relación conflictiva entre turismo y patrimonio. Específicamente, se objetiva abordar las repercusiones socioespaciales y territoriales a partir de esta práctica. Se realizó una investigación descriptiva y exploratoria utilizando técnicas de investigación bibliográfica y análisis de documentos. Se pudo señalar que la relación entre turismo y patrimonio revela numerosas contradicciones que se materializan en diferencias territoriales y segregación socioespacial. Se espera que las autoridades locales y la resistencia social instituyan instrumentos útiles de confrontación frente al proceso de segregación, valorando el mantenimiento de espacios multifuncionales, direccionados al disfrute y apropiación efectiva del patrimonio. Además, se prevé una política de patrimonio urbano más justa, basada en la gestión participativa. Hay todavía la necesidad de activar memorias que sean integradoras, que estimulen el diálogo, que permitan escapar de las imposiciones históricamente establecidas, así como suplir las carencias patrimoniales identificadas en todos los sectores territoriales de la ciudad, especialmente en los espacios marginales.

Palabras clave: Ouro Preto. Patrimonio Cultural. Colonial-Barroco. Dinámicas Territoriales.

INTRODUÇÃO

Sem a pretensão de estabelecer paternidades históricas a respeito do turismo, compreendido atualmente como um fenômeno de abrangência global, ainda assim considera-se necessário apresentar uma breve alusão acerca da conformação desse como uma atividade organizada e institucionalizada. Descrever tal conjuntura se torna importante para, posteriormente, identificar com mais clareza o contexto em que o turismo e o patrimônio cultural passam a se associar como par de uma mesma racionalidade mercadológica.

Mesmo existindo registros indicando que os seres humanos já viajavam desde a antiguidade, compreende-se o turismo como fenômeno moderno fruto da revolução industrial. Conforme Lima (2020), diante das rupturas provocadas pela revolução, cabe atentar, no caso do turismo, para a mudança radical ocorrida na fragmentação do tempo, elemento primordial nessa matéria.

A partir da revolução industrial, em oposição ao tempo de trabalho, emergiram outras noções como tempo-disponível (tempo preenchido para a realização de outras esferas da vida,

como as obrigações sociais, religiosas e familiares) e tempo-livre (seria o tempo do lazer, podendo ser dedicado ao descanso, divertimento e ao próprio desenvolvimento pessoal). Assim, defende-se o propósito no qual deve-se ver o tempo de lazer como algo precioso, pois ele aloja várias outras atividades necessárias para se ter uma vida de qualidade, tais como o turismo (LOHMANN; NETTO, 2012).

Apesar de entender o turismo enquanto atividade fundamentalmente capitalista e como fenômeno moderno oriundo da revolução industrial, cabe-se situar que foi apenas na segunda metade do século XX - em decorrência da “expansão do capitalismo e do processo de globalização” (RIBEIRO, FERNANDES 2019, p. 291) - que a atividade alcançou proporções maiores.

Dessa maneira, a ascensão do turismo enquanto fenômeno de massa deve ser analisada no bojo da reestruturação do capitalismo global - marcado pela crise do regime fordista e instauração da acumulação flexível – que resultou na transição de hegemonia do capital industrial para o capital financeiro⁴. A partir desse movimento dinâmico de flexibilização do processo de acumulação o capital encontrou no espaço - incluindo o espaço turístico - condições satisfatórias de migração entre os circuitos e territórios que garantam a sua reprodução (HARVEY, 2005).

Gesteira (2021) afirma que o turismo tem se destacado no âmbito do capital financeiro como importante forma de expansão do capitalismo, sobretudo, a partir da mercantilização do tempo livre. Ademais, ainda que reconhecendo a *globalização como sendo*, através da perspectiva de Milton Santos, perversa e seletiva, Ribeiro e Fernandes (2019) compreendem que:

Para podermos desenvolver uma análise a respeito do turismo, devemos compreender o contexto da globalização em que o desenvolvimento das telecomunicações e dos transportes propiciou uma maior visibilidade de alhures [...] Assim, percebemos a busca pelo exótico, pelo diferente e pelo longínquo que os meios de comunicação divulgam e que desperta a necessidade de vivenciá-la sensorialmente (s.p).

O crescimento da atividade turística, como consequência da reestruturação do capitalismo global e resultado da intensificação dos processos de globalização motivou - no Brasil e no mundo – diferentes processos de *turistificação*. Conforme Cruz (2018), os lugares *turistificados*, - habitualmente chamados de lugares turísticos – são aqueles, portanto, em que a lógica da acumulação capitalista, “sob o comando de empresas globais ou de pequenos

⁴ “O capital, ao passar para fase financeira, encontrou uma nova forma de manter sua acumulação, foi pela reprodução das relações de produção do espaço social que se descobriu a solução para a crise de acumulação de capitais do período industrial” (CASSEMIRO, 2020, p. 186).

capitalistas que atuam nas escalas regional e local, se realizam espacialmente. Por isso, revelam em suas paisagens a presença do turismo como vetor produtor de seus espaços, com maior ou menor veemência” (s.p)

Conforme Góis (2009, p. 25), pode-se afirmar que “o turismo, ainda mais que outras atividades, possui um vínculo territorial inegável, já que para a sua realização ele consome e produz espaço”. Condizente à lógica da acumulação capitalista, o turismo também é responsável pelo processo de mercantilização dos lugares, dos quais incluem, no Brasil, grande parte das cidades tombadas com Patrimônio Cultural pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁵ e consagradas como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A relação entre turismo e patrimônio pode ser interpretada pelo olhar de diferentes áreas do conhecimento, dentre as quais se coloca a Geografia, disciplina na qual visa contribuir com o debate suscitando reflexões “que vão além da preservação do patrimônio cultural [...] com uma rica e particular contribuição que renovou as abordagens ao colocar no centro do debate a sua dimensão espacial, política, e como objeto dos interesses do presente, e não apenas a preservação do passado” (PAES; SOTRATTI, 2017, p. 14-15).

A aproximação entre turismo e patrimônio pode ser facilmente visualizada na cidade mineira de Ouro Preto, localizada na região central do estado e distante cerca de 90 km da capital Belo Horizonte. A localidade apresenta uma íntima relação entre a atividade turística e patrimônio, situando-se como referência neste segmento no Brasil. A cidade tem seu valor histórico e patrimonial reconhecido, sobretudo, em razão de possuir uma riqueza arquitetônica ímpar⁶, materializada através da monumentalidade das construções do período barroco-colonial, herança dos tempos áureos da mineração na região. Os traços e as peculiaridades da arquitetura ouro-pretana consagraram a cidade como Patrimônio Mundial da Humanidade, chancelada pela UNESCO, em 1980.

Foram nas décadas finais do século XX, após a elevação da cidade a Patrimônio Mundial da Humanidade, que a associação entre turismo e patrimônio se intensificaram em Ouro Preto. A chancela da UNESCO inseriu a cidade mineira no bojo da *patrimonialização global*, culminando com um aumento considerável de investimentos - muitas vezes de origem exógena –

⁵ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN foi o órgão que deu origem para a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, em 1970. Neste trabalho, para termos de padronização, a sigla do IPHAN será utilizada sempre que se for remeter à gênese desse órgão.

⁶ Cabe explicitar que a cidade é dotada de uma diversidade de “valores” patrimoniais que não se reduz apenas a materialidade do patrimônio cultural. De igual importância - do ponto de vista histórico e sociocultural - para a cidade situam-se os bens de natureza imaterial. Contudo, devido a própria limitação do estudo, este artigo pretende-se ater apenas a relação entre o turismo e o patrimônio edificado.

e a elevação de fluxo turístico para cidade. Ambas as situações ocorreram em razão da ampliação da imagem da cidade internacionalmente.

O centro histórico de Ouro Preto, por abrigar parte considerável do patrimônio arquitetônico preservado do período barroco-colonial, se tornou *locus* para recebimento de investimentos públicos e privados voltados para a *espetacularização* do patrimônio e a sua respectiva *refuncionalização turística*. Assim, esse processo deve ser analisado à luz da mercantilização do patrimônio para fins turísticos, sem deixar de considerar as consequências territoriais e as contradições socioespaciais que engendram desse processo.

Tal viés analítico fornece subsídios consistentes para a compreensão da dinâmica territorial em núcleos urbanos apropriados pelo turismo cujos bens patrimoniais, ao serem submetidos aos desígnios do mercado, alteram substancialmente as formas de uso e vivência do território. As novas territorialidades decorrentes deste processo constituem-se num dos principais focos de reflexão geográfica, já que possibilitam a compreensão da relação intrínseca entre território, patrimônio e turismo na contemporaneidade (CIFELLI, 2010, p. 115).

Portanto, a partir do preâmbulo apresentado, suscitam-se alguns questionamentos, como, por exemplo: em que pesaram as motivações políticas de cunho nacional com o movimento incipiente de institucionalização do patrimônio cultural da cidade de Ouro Preto? Quais são as principais problemáticas inerentes ao processo de mercantilização do patrimônio cultural para fins turísticos? Quais são as consequências territoriais e socioespaciais mais marcantes desse processo?

Diante das reflexões apontadas acima elege como objetivo geral do trabalho analisar, dialeticamente, a relação entre patrimônio e turismo em Ouro Preto. Especificamente, busca-se apresentar as motivações políticas, institucionais e econômicas acerca do tombamento da cidade pelo IPHAN e a sua consagração pela UNESCO; discutir a atividade turística na cidade face a mercantilização patrimonial; e, ainda, refletir sobre as desigualdades territoriais e as contradições socioespaciais circundantes a inserção da cidade no universo da *patrimonialização global*.

METODOLOGIA

A pesquisa em tela, de cunho qualitativa, se encaminhou por meio de pesquisa bibliográfica. Entre os meses de abril e julho de 2022 foi desenvolvida uma varredura na literatura existente onde os dados foram obtidos a partir de trabalhos adequados ao recorte temático investigado de outros autores, conforme Gerhardt e Silveira (2009). Baseada em

descritores como Patrimônio, Turismo, Território, Ouro Preto, dentre outros, a busca teve como parâmetro temporal os trabalhos publicados, sobretudo, no século presente.

Para o alcance dos objetivos estabelecidos na pesquisa foi realizado um levantamento nas bases de dados *Scielo* e *Google Acadêmico*, priorizando artigos científicos publicados no período supracitado. A definição das bases de dados selecionadas compõe um estoque de informação robusto de conhecimento científico, dos mais variados tipos documentais oriundos da comunicação científica formal e informal, tornando-os acessíveis aos interessados, pois são ferramentas capazes de filtrar as informações que são mais relevantes para a construção do referencial teórico da pesquisa desenvolvida (GUSENBAUER, 2019). É importante ressaltar que foi dando preferência aos artigos científicos publicados pelos estratos superiores do *Qualis* Capes ou em revistas de fator de impacto compatíveis com a área na qual o trabalho realizado se encaixa.

Destaca-se também que, através da utilização dos mesmos descritores especificados acima, foram incluídos na pesquisa capítulo de livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado. A escolha dos artigos e das demais publicações foi feita a partir da limitação de critérios de inclusão, sendo estes: atualização do assunto, adequação do artigo ao tema abordado nesta pesquisa, procedência da pesquisa e, sobretudo, a relevância da pesquisa para a comunidade científica. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados os artigos com informações duvidosas, referências incompletas e pesquisas com dados ultrapassados que não refletem o cenário atual (SILVA, CARVALHO, SANTANA, 2017).

Conforme explícito no quadro abaixo – Quadro 1 -, o referencial teórico do trabalho encontra-se estruturado em três partes, quais sejam: 1. A institucionalização do Patrimônio Cultural em Ouro Preto; 2. A atividade turística no município de Ouro Preto face a mercantilização do Patrimônio Cultural; e 3. A dialética entre o turismo e o Patrimônio Cultural na cidade consagrada pela UNESCO. Com base nos resultados da pesquisa bibliográfica, o referencial teórico foi estabelecido em consonância com algumas categorias de análises inter-relacionadas especificadas no quadro a seguir - que contém as principais referências mobilizadas em cada parte do texto.

Tabela 01: Categorias de análises

Parte 1 - A institucionalização do Patrimônio Cultural em Ouro Preto		
Categoria 1: Patrimônio Cultural e identidade nacional		
Autor(es)	Ano da publicação	Tipo de publicação
FUNARI; PINSKY	2001	Capítulo de livro
OLIVEIRA	2010	Capítulo de livro
VILLASCHI	2014	Tese de doutorado
CIFELLI	2015	Capítulo de livro
Categoria 2: Colonialidade no campo do Patrimônio Cultural		
CHOAY	2001	Capítulo de livro
CASTRIOTA	2003	Capítulo de livro
COSTA	2009	Dissertação de mestrado
VIEIRA	2016	Tese de doutorado
Parte 2 - A atividade turística no município de Ouro Preto face a mercantilização do Patrimônio Cultural		
Categoria 1: Interseções entre as políticas urbanas/patrimoniais.		
Autor(es)	Ano da publicação	Tipo de publicação
LAZZAROTTI	2000	Artigo de periódico
NIGRO	2010	Capítulo de livro
CRUZ	2012	Artigo de periódico
PAES; SOTRATTI	2017	Capítulo de livro
Categoria 2: A Cidade-patrimônio-mercadoria em perspectiva		
JEUDY	2005	Capítulo de livro
COSTA	2011	Tese de doutorado
CARLOS	2017	Capítulo de livro
PAES; SOTRATTI	2017	Capítulo de livro
Parte 3 – A dialética entre o turismo e o Patrimônio Cultural na cidade consagrada pela UNESCO		
Autor(es)	Ano da publicação	Tipo de publicação
NIGRO	2010	Capítulo de livro
SERPA	2013	Artigo de periódico
SOTRATTI	2014	Artigo de periódico
PAES	2017	Capítulo de livro

Fonte: autores da pesquisa.

Finalmente, para alcançar os objetivos da pesquisa busca-se empreender uma perspectiva analítica dialética, uma vez que a relação que se estabelece entre o turismo e o patrimônio tende a esboçar inúmeras contradições, muitas delas se materializando no espaço,

conformando territórios desiguais e suscitando processos de segregação socioespacial. Ademais, sob o prisma da geografia, em sua abordagem crítica, compreende-se a atividade turística de forma dialética, essencialmente produtora e consumidora do espaço dentro dos padrões de acumulação do sistema capitalista (COSTA, 2012).

REVISÃO DE LITERATURA

A institucionalização do Patrimônio Cultural em Ouro Preto

O início do processo de institucionalização do Patrimônio Cultural em Ouro Preto confunde-se com a própria gênese da política patrimonial de âmbito nacional, que buscava, no início do século XX, forjar uma identidade tipicamente brasileira. Desse modo, a cidade mineira assumiu protagonismo na origem da política de proteção patrimonial a nível nacional, pois, antes mesmo da criação do IPHAN em 1937, foi a primeira cidade brasileira elevada a monumento nacional.

foi no conjunto dos esforços realizados, em especial o dos intelectuais modernistas, de conhecer, compreender e recriar o Brasil, que se desenvolveu a ideia de proteção ao patrimônio. Ela se efetivou no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que, ao consagrar, pelo Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, Ouro Preto como “monumento nacional”, demonstrou conhecer o potencial simbólico dos bens culturais (FUNARI; PINSKY, 2021, p. 20).

A partir da criação do IPHAN estabeleceu-se no país uma política patrimonial em

busca de uma cultura e uma identidade “autenticamente brasileira”. Essa identidade foi encontrada nos bens representativos do período colonial, também conhecidos como ‘bens de pedra e cal’, ou seja, na arquitetura representativa do século XVIII, especialmente nas que possuem o estilo brasileiro mais original, tornando-se um símbolo emblemático da nação brasileira (OLIVEIRA, 2010, p. 184).

Para Cifelli (2015), em total acordo com o projeto proposto pelo IPHAN, o tombamento da cidade de Ouro Preto respondeu de forma plena aos desígnios do Estado Novo, na busca por símbolos materiais que representassem uma arte e arquitetura genuinamente nacional como referência identitária de uma nação em construção. Assim, o início da institucionalização do patrimônio cultural no Brasil, que elegeu a cidade mineira como protagonista, estava associado a questão da afirmação da identidade nacional, recebendo contorno e relevância na política nacional brasileira quando a cultura é posta como questão de Estado.

Foi, então, diante de um ideário de cunho nacionalista que Ouro Preto se tornou pioneira no quesito preservação e conservação de parte de seu patrimônio edificado, sobretudo o de

propriedade do Estado e da Igreja Católica, com destaque para seu núcleo histórico (VILLASCHI, 2014). Em Ouro Preto, as 13 igrejas e capelas existentes e a expressividade e imponência dos monumentos cívicos, evidenciam a importância dessas instituições na conformação da paisagem urbana da cidade no período barroco-colonial (CIFELLI, 2010).

Figura 01 – Paisagem urbana abrangendo parte do Centro Histórico da cidade de Ouro Preto⁷



Fonte: Portal do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/1293>. Acesso: 13 jul. 2022.

De acordo com Costa (2009), através do tombamento inicial ocorrido em Ouro Preto promoveu-se uma visão distorcida de preservação patrimonial concentrada especialmente no centro histórico da cidade, o que levou à negligência do território em sua totalidade. Assim, revelou-se a primeira faceta segregacionista da política patrimonial implantada na cidade, uma vez que iluminaram-se certos momentos da história, enquanto outros deveriam permanecer na obscuridade, pois muitas vezes para se criar um símbolo nacional, apagam-se as marcas da história local, que foram se sedimentando ao longo dos anos (CASTRIOTA, 2003).

Sobre a política patrimonial adotada no país que elegeu a cidade de Ouro Preto como marco introdutório, não se deve deixar de reconhecer a influência das Cartas e Normas patrimoniais⁸, como, por exemplo, as Normas de Quito, redigidas em 1967. Segundo Vieira (2016, p. 230), essas normas “reconheceram o valor econômico dos monumentos e recomendaram seu aproveitamento com o objetivo de promover o desenvolvimento de uma região”. Assim, “estava selado o processo simultâneo, relacional e contraditório de uma ‘preservação’ para a ‘mercantilização’ do patrimônio [...] necessária à reprodução do capital nas ‘cidades históricas’ através do turismo” (COSTA, 2011, p. 151).

O assunto avançou sobre a década seguinte quando ocorreu a consolidação da noção

⁷ A paisagem contida na FIGURA 1 retrata a imponência das construções religiosas (em especial a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, que teve a sua construção concluída no início do século XIX) e cívicas (ao fundo da Igreja do Carmo tem a antiga casa de Câmara e Cadeia), além do preservado arruamento setecentista, emoldurado pelas belas montanhas que encobrem a cidade.

⁸ Para aprofundar mais sobre o assunto, consultar: (COSTA, 2012).

de Patrimônio Mundial, através da inscrição das cidades estabelecidas nos territórios das nações de todo o planeta na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, concomitantemente à corrida pela mercantilização dos lugares por parte das governanças urbanas (COSTA, 2011; LEITE; BRUSADIN, 2020).

Para Choay (2001), a UNESCO proclamou a universalidade do pensamento ocidental, criando regras e ditando o processo de identificação, proteção, conservação e valorização do patrimônio. Essa padronização objetivou a produção do ideário de universalidade do patrimônio mundial e do sentimento de que, independente da nação em que o bem esteja, ele pertence a toda humanidade.

Assim,

é no contexto geral do final dos anos 1970 que Ouro Preto se torna a primeira cidade brasileira e a terceira das Américas - depois de Quito e Guadalajara - a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Unesco, em 1980, o que intensificou a projeção de seus valores artísticos e patrimoniais e a consagração de sua imagem à escala internacional (VILLASCHI, 2014, p. 105).

É importante lembrar que a chancela da UNESCO, através da inserção na lista de cidades mundiais de destaque, inseriu a cidade mineira no universo da *patrimonialização global*, o que representa para Costa (2011) o brusco movimento universal e progressivo de *espetacularização*, e ressignificação dos lugares para fins turísticos. Ademais, a consagração da UNESCO incluiu Ouro Preto no circuito global⁹ de cidades - reconhecida mundialmente em razão do valor excepcional e universal do seu patrimônio cultural - despertando uma corrida por maiores investimentos e, através da expansão da imagem internacional da cidade, uma busca constante de atração de turistas para a localidade.

A atividade turística no município de Ouro Preto face a mercantilização do patrimonial cultural

Lazzarotti (2000) afirma que patrimônio cultural e turismo participam de um mesmo movimento mundial e de um mesmo sistema de valores inerentes à lógica de acumulação capitalista, processo que se tornou mais contundente a partir de um contexto específico, de sobreposição do capital financeiro em relação ao capital industrial.

[...] para o turismo, o patrimônio é constituído “como uma particularidade do espaço construído pelo tempo acumulado”, pode ser considerado um valor a ser vendido e consumido no mercado cultural [...] o patrimônio como representação, tanto da sociedade, do mercado, como do Estado, capta a memória do tempo histórico e a

⁹ “O usufruto do Patrimônio muda de escala por meio da atividade do turismo, perdendo seu estatuto local ao inserir-se em um plano espacial mais amplo [...] se metamorfoseia em signos e representação para poder ser consumido por estranhos que vêm de outros lugares movidos pela descoberta, curiosidade e objetivo de desejo criados pela mídia (CARLOS, 2017, p. 36).

transforma em abstração concreta na circulação do mercado (PAES; SOTRATTI, 2017, p. 16).

Segundo Paes (2017, p. 678), “patrimônio cultural, turismo e renovação urbana são vetores de um mesmo processo de reestruturação do território”. Assim, como dimensão espacial e política, a relação entre turismo e patrimônio intensificou-se a partir do acirramento das políticas neoliberais, com o início do que Pires (2010, p. 2) compreende como a fase “representada pelo surgimento dos planos ou planejamentos estratégicos”, inclusive no âmbito das políticas urbanas.

A gênese desse novo urbanismo, ancorado à lógica do planejamento estratégico e dos seus projetos de desenvolvimento, evidencia, conforme Harvey (2005), a ideia de empreendedorismo urbano, que transforma a cidade em um sujeito econômico, transformada em uma mercadoria (objeto) a ser vendida em um mercado altamente competitivo.

Enquanto atividade econômica, o turismo se encontra no bojo do empreendedorismo urbano que vê na atividade um aporte ao crescimento econômico escondido sob os aspectos ideológicos do desenvolvimento. Trata-se de uma estratégia urbana que, a partir da organização do espaço para transformação da cidade em lugar turístico, justifica a (re) produção do espaço levando em consideração a obtenção de lucros e a criação de espaços para usos específicos, neste caso: o lazer, para uma parcela restrita da população e para o turista. Nesta direção, o turismo como aporte ao desenvolvimento aparece impregnado de aspectos ideológicos e, portanto, limitado à construção de espaços desiguais, já que assentado em um sistema de mercado que tem em sua essência a produção de desigualdades (SANTOS; ELICHER 2013, p. 656)

As “cidades históricas”, sejam elas capitais ou cidades do interior, metrópoles ou cidades pequenas, são rendidas às novas lógicas de produção dos espaços urbanos, marcado por características claramente empresariais que as transformam em mercadoria, atingindo apenas determinados bens, em geral aqueles de aspecto monumental ou os que interessam diretamente ao mercado turístico ou consumo cultural (CRUZ, 2012; SCIFONI, 2017). Assim, segundo Nigro (2010, p. 75), “cada vez mais, a indústria turística se apropria do patrimônio principalmente por intermédio de seu caráter meramente estético, algo a ser comercializado e consumido”.

Nesta direção e, sob esta lógica da atividade turística, o patrimônio – uma das modalidades turísticas que é uma das formas de um mesmo processo de mercantilização do espaço como produto e condição da acumulação capitalista – cria uma possibilidade de ampliação da base social de consumo necessária à expansão do processo de valorização pela expansão das possibilidades de criação de novas mercadorias e de novas formas de lugares de consumo decorrente do desenvolvimento do “mundo da mercadoria” (CARLOS, 2017, p. 35-36).

À medida em que as localidades passam a optar pela adoção de um viés unicamente economicista atribuído ao patrimônio faz suscitar a noção de cidade-patrimônio-mercadoria, concebida prioritariamente como produto. Nessa lógica, conforme Carlos (2017), a associação

entre turismo e patrimônio amplia o movimento da acumulação, através da implantação de um modelo de política urbana orientada para a *espetacularização* da paisagem e que tem o centro histórico como *locus* de investimento e melhoria para atração de turistas.

Segundo Jeudy (2005), a *espetacularização* dos centros históricos das cidades inseridas no processo de *patrimonialização global* estão ligadas às estratégias de marketing urbano. Especificamente sobre Ouro Preto, os exemplares arquitetônicos e artísticos remanescentes do período barroco-colonial compõem a imagem da cidade amplamente divulgada, seja pelos meios de comunicação convencionais (jornais, revistas, redes sociais etc.) ou pelos próprios canais oficiais do poder público local, transformando a antiga Vila Rica num dos principais destinos turístico do Brasil.

A intensificação da parceria público-privado no que concerne à esfera cultura eleva a importância do Estado e do mercado enquanto instância de produção dos bens simbólicos, utilizando-se da mídia e da publicidade como meio de difusão, consagração e valorização de tais bens enquanto mercadorias. Dessa forma, os veículos publicitários, ao exaltarem sua dimensão imagética e evidenciarem seu valor histórico, cultural e artístico reforçam a agregação do valor econômico aos bens patrimoniais com a conotação de que quanto mais antigo for, mais valorizado economicamente se torna (CIFELLI, 2010, p. 123).

As ações de marketing urbano buscam reproduzir uma imagem *espetacularizada* da cidade, capaz de conceber o patrimônio cultural a uma mercadoria altamente rentável no mercado turístico. Assim, conforme Costa (2011, p. 417), a “espetacularização caminha para a mercantilização”. A mercantilização de fragmentos espaciais específicos das cidades consagradas como patrimônio revela uma ação muito bem articulada através do estreitamento da relação entre política e marketing urbano, cuja finalidade acaba se destoando para o interesse privado diante da canalização de investimentos e projetos de desenvolvimento urbano nos centros históricos, culminando com a *refuncionalização turística* desses espaços.

Em regra, a *refuncionalização turística* de cidades históricas ocorre mediante a apropriação das formas simbólicas resistentes de um tempo pretérito, concebidas como *rugosidade patrimonial*. Essas formas abrem-se

ao mercado e a outro tipo de consumidor o que faz através das operações urbanas, muitas delas apoiadas pelas parcerias público-privadas, visando à revitalização de antigos marcos – muitos abandonados – capazes de gerar lucro através da instalação de outras funções e usos, com a manutenção das ‘formas históricas’ e apoiados em novos discursos (CARLOS, 2017, p. 37).

Em Ouro Preto, especificamente, a *refuncionalização turística* do centro histórico privilegiou-se as formas simbólicas que compõem a paisagem urbana remanescente do período barroco-colonial e que passaram, em um contexto específico, assumir novas funções consonantes à lógica mercadológica.

Na cidade de Ouro Preto, a atividade turística é atraída pelo grandioso acervo patrimonial formado por monumentos religiosos e civis, entre os quais se encontram as igrejas, capelas, sobrados, casario térreo, vias calçadas em pedra, chafarizes e pontes. Além disso, os museus da cidade abrigam bens artísticos do período barroco e constituem grande parte da memória e da cultura local, além de representarem um importante papel na história e na tradição brasileira (CUNHA; CALDEIRA, 2017, p. 208).

A cidade de Ouro Preto congrega no seu centro histórico um conservado arruamento setecentista composto pela monumentalidade das construções religiosas e cívicas e belíssimos casarões de propriedade privada erguidos no período barroco-colonial. Assim, o processo de *turistificação* do centro da cidade envolveu a *refuncionalização* de grande parte dessas edificações.

Monumentos cívicos foram *refuncionalizados* em museus, como, por exemplo, a Casa de Câmara e Cadeia¹⁰ que hoje funciona como Museu da Inconfidência e o Palácio dos Governadores que hoje abriga o Museu de Mineralogia. As igrejas coloniais também passaram por processo similar, assumindo função híbrida, pois em razão da valorização da arte barroca e da exuberância do ouro elas saltam aos olhos dos turistas; em algumas das igrejas, como, por exemplo, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja de São Francisco de Assis foram incorporados no seu interior museus que retratam a história da cidade.

Uma quantidade considerável de casarões de propriedade privada situados no centro histórico da cidade exerce funções híbridas de moradia e comércio, quando não cumprem apenas a segunda opção, se tornando “lojas de *souvenirs*, restaurantes, cafés, hotéis e pousadas, centros culturais, museus e outras atividades comerciais e de serviços destinadas ao atendimento das demandas dos turistas e visitantes” (CIFELLI, 2012, s/p).

O incremento do turismo em Ouro Preto nos últimos 20 anos tem provocado uma grande procura por edificações no chamado núcleo turístico da cidade que envolve parte considerável do centro histórico. A valorização imobiliária destes bens tem feito com que muitos moradores tradicionais destas áreas priorizem a venda ou locação ou até mesmo o usufruto de seus imóveis destinados a implantação de estabelecimentos comerciais e de serviços de relevância turística (CIFELLI, 2010, p. 129).

¹⁰ Antiga *Casa de Câmara e Cadeia* de Vila Rica é um dos mais notáveis exemplares da arquitetura civil colonial

Figura 02 – Refuncionalização turística da rua Conde de Babodela, popularmente conhecida com Rua Direita¹¹.



Fonte: Jornal Voz Ativa. Disponível em: [Ouro Preto-MG - Rua Direita terá trânsito de veículos proibido por três meses - Jornal Voz Ativa](#). Acesso: 13 jul. 2022.

Portanto, a estratégia de apropriação turística do centro histórico e a supervalorização estética de suas paisagens se sobrepõem ao lugar — espaço vivido cotidianamente pelos habitantes (PAES; SOTRATTI, 2017), pois processos de *refuncionalização turística* muitas vezes escancaram a dualidade de um espaço voltado para o lazer, o turismo e o consumo, ao passo que restringem os usos dos lugares da vida cotidiana pública aos moradores e frequentadores desse espaço.

A dialética entre o turismo e o Patrimônio Cultural na cidade consagrada pela UNESCO

A incorporação do planejamento estratégico no bojo das políticas urbanas demonstrou uma nova forma de gestão neoliberal do território, modelo esse que também recai sobre cidades patrimoniais, apontando, muitas vezes, impactantes desigualdades territoriais e contradições socioespaciais.

Ao serem elevadas ao posto de cidade global, as localidades chanceladas pela UNESCO passam a receber investimentos volumosos, que na maioria das vezes não são repartidos de forma igualitária por todo território. Os recursos angariados são destinados prioritariamente para as áreas de maior valorização econômica, geralmente onde a atividade turística se desenvolve envolta do patrimônio preservado.

¹¹ Essa rua é considerada uma das mais importantes da cidade. Os casarões situados nesse logradouro foram construídos no período barroco-colonial e, hoje, grande parte também exerce funções turísticas – conforme pode perceber nas inúmeras placas penduradas nas fachadas - como, por exemplo, restaurantes, bares, joalherias, hotel, lojas de *souvenirs*, etc.

O poder exercido pelas instâncias de gestão urbana e patrimonial elegem o centro histórico como *locus* para investimentos em razão da necessidade constante de atração de turistas e, contraditoriamente, outros fragmentos do espaço urbano que não possuem a mesma vocação para a atividade são negligenciados perante a ausência de investimentos que garantam à população o pleno direito à cidade.

“Nesse processo, a população local arca com a maior parte do ônus. Como Estado e o capital são atores hegemônicos dessa atividade, eles impõem suas territorialidades de forma mais avassaladora” (ALBUQUERQUE, 2020, p. 54).

Os projetos de revitalização urbana atuais propõem a valorização dos marcos simbólicos e históricos de áreas das cidades, diferenciando espacialmente essas áreas das demais. Na maioria dos casos, as revitalizações urbanas se executam sobre áreas pontuais do espaço urbano – sobretudo, áreas centrais – visando a readequação funcional (em vista de parâmetros econômicos e comerciais), a valorização imobiliária desses locais, o incremento de atividades de lazer e, principalmente, o turismo (NIGRO, 2010, p. 76).

O caso de Ouro Preto deve ser analisado de maneira peculiar, pois diferentes microterritorialidades se manifestam no centro histórico da cidade. Convivem-se, através de uma intrigante relação de interesses e conflitos, residentes locais, a população dos bairros e dos distritos, estudantes e turistas.

Através de um olhar mais apurado sobre os fluxos que se constituem cotidianamente pelo centro histórico de Ouro Preto é possível observar o convívio – nem sempre harmonioso - de diferentes agentes sociais circulando pelas ladeiras da cidade: residentes (grande parte pertencente a elite local) realizando as suas atividades cotidianas; moradores de bairros mais distantes e dos distritos, pois o centro histórico da cidade representa a única centralidade em termos de oferta de serviços públicos e burocráticos; acadêmicos que ali também residem em razão da *refuncionalização* dos casarões coloniais em repúblicas estudantis; e visitantes e turistas afoitos pelo consumo cultural.

Figura 03 – Rua São José, uma das principais vias do centro histórico de Ouro Preto¹².



Fonte: Luciene Ferreira

Em razão do forte apelo turístico do seu patrimônio cultural edificado, o centro histórico da cidade se constituiu como *locus* privilegiado para investimentos, ao passo que as periferias da cidade são cada vez menos assistidas em termos de oferta de infraestrutura básica. Assim, acabou se perpetuando na cidade “a fragmentação do tecido urbano entre áreas ricas e pobres, entre as infraestruturas concentradas e as áreas abandonadas pelos serviços públicos e pelos interesses privados” (PAES, 2017, p. 678).

Segundo Sotratti (2014, p. 41), o turismo, enquanto prática socioespacial, é capaz de deixar suas marcas no território urbano. “Normalmente aliadas a interesses econômicos ou mesmo políticos, as atividades de natureza turística se impõem aos interesses locais, criando territórios delimitados ou mesmo territorialidades claramente percebidas”. Assim, enquanto o centro histórico é dotado de investimentos públicos e privados, destinados a preservação do patrimônio e, por conseguinte, à atração turística, nos bairros periféricos, muitas vezes, a realidade é bem distinta, retratada através da ausência da municipalidade e da precariedade em relação à infraestrutura urbana.

¹² A rua São José é emblemática em relação aos múltiplos usos que ela possibilita, bem como no que refere as microterritorialidades existentes. Composta por casarões coloniais, essa rua é constituída por moradias, comércio local, serviços bancários, restaurantes sofisticados e museus, assim, reunido num mesmo espaço interesses muitas vezes antagônicos.

Figura 04 – Bairro Taquaral – Ouro Preto¹³



Fonte: Globo.com. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/vc-no-g1-mg/noticia/2012/01/rua-destruida-por-chuvas-preocupa-moradores-em-ouro-preto.htm>. Acesso: 11 ago. 2022.

Em Ouro Preto, são as áreas de médio para baixo padrão construtivo que apresentam uma frágil presença da municipalidade e enclaves onde o morar se desempenha de forma não desejada e não própria para a vida digna, com baixíssimo padrão construtivo ou ausência mínima de infraestrutura urbana.

a população local, que faz parte do cotidiano da “cidade monumento” [...] é silenciada, não fazendo parte de todo o processo político mercantil que a cidade passou e vem passando. Nessas transformações, fatias espaciais de Ouro Preto foram eleitas para sua preservação e, conseqüentemente, para os investimentos econômicos, políticos e culturais a despeito de outros espaços que foram desprivilegiados (LEITE; BRUSADIN, 2020, p. 405).

Portanto, os investimentos destinados prioritariamente para o centro histórico acabaram produzindo, contraditoriamente, marcantes desigualdades territoriais e, ainda, encobrendo descaradamente os processos de segregação socioespacial. De acordo com Serpa (2013), as microterritorialidades que se manifestam no espaço público da cidade contemporânea mostram a existência de territórios plásticos e móveis, que exprimem táticas segregacionistas de controle espacial. A segregação revela-se de modos distintos, transformadas em práticas de distinção de grupos, classes e frações de classe, nos processos de apropriação do espaço público que ocorrem hoje nas cidades.

A diversidade de agentes e práticas sociais presentes no espaço urbano pode gerar a alternância e/ou sobreposição de diversas territorialidades, fazendo do território um

¹³ Longe do centro histórico – *locus* de destinação de recursos públicos e privados direcionados à melhoria e à qualificação urbana – a população periférica sofre em razão da ausência de investimentos que garantam o direito constitucional à infraestrutura básica como, por exemplo, asfalto e saneamento.

campo de forças onde se interpolam interesses comuns, divergentes e até mesmo conflitantes que determinam diversas formas de uso e apropriação do território envolvendo uma multiplicidade de grupos sociais (CIFELLI, 2010, p. 133).

Dessa maneira, em Ouro Preto, o uso turístico do centro histórico tende a causar uma cisão entre o território da população mais pobre nos bairros carentes de infraestrutura, fora do perímetro tombado, e o território dentro do perímetro patrimonializado, que se torna uma espécie de núcleo do consumo capitalista (PAES, 2017).

Ao viabilizar o desenvolvimento turístico de determinada localidade, os programas de intervenção urbana em voga, apesar de serem mascarados por discursos que prezem pelo desenvolvimento social e pelo estímulo a cultura, atendem prioritariamente a finalidades de cunho mercantil de certas porções dos núcleos históricos e à **alteração do perfil socioeconômico de tais áreas, as quais passam a atender os desígnios de um público seletivo e personalizado** (grifos nosso) (CIFELLI, 2010, p. 131).

Cifelli (2012, s/p), analisando as contradições socioespaciais decorrentes do processo de *refuncionalização turística* acrescenta que:

em Ouro Preto [...] parte do chamado centro antigo tende a se transformar em centro turístico devido ao grande adensamento de edificações refuncionalizadas para o atendimento das demandas de lazer e consumo (...) de turistas que tem condições de usufruir de tais benesses. Este processo acarreta numa refuncionalização turística do patrimônio arquitetônico que tende a reduzir a multifuncionalidade dos centros urbanos patrimonializados de Ouro Preto [...] numa dinâmica de **apropriação do patrimônio socialmente excludente** (grifos nosso).

Assim, no centro histórico da cidade de Ouro Preto acaba prevalecendo uma territorialidade turística traduzida diante da concentração de investimentos de serviços e infraestrutura, com isso, ampliam-se a seletividade, a exclusão e a fragmentação no uso do território, medida, sobretudo, através do poder de compra de determinados grupos (PAES-LUCHIARI, 2005).

Segundo Ferreira (2020), a permanência dessa lógica nas cidades históricas tem instaurado uma verdade corrida pela implantação de serviços de alto valor agregado que não só expulsa e segrega o morador, mas também impede a ele o acesso democrático ao centro histórico, pois o consumo dos bens e serviços lá oferecidos é destinado a quem possui capacidade de consumo e renda mais elevado.

Sob o desígnio do capital o uso mercantilizado do centro histórico reduz o patrimônio a um bem de consumo acessível aos desejos dos turistas, todavia encobre diversas outras realidades que se manifestam diante de um processo de segregação socioespacial. Por exemplo, para o morador do centro histórico, o uso turístico do patrimônio significa aumento da especulação imobiliária, implicando em uma elevação substancial em relação do custo de vida.

Portanto, conforme Serpa (2013), os territórios que se estabelecem no espaço público, e que vão marcar diferenças/desigualdades relativas aos modos de consumo e estilos de vida dos diferentes grupos e classes, têm expressão material, ainda que de modo efêmero e ainda que se trate também de uma projeção espacial de relações de poder. Emergem processos de segregação baseados em limites/barreiras que vão impor uma incipiente, ou mesmo nula, interação social e espacial entre os agentes que se apropriam do espaço urbano.

Em Ouro Preto, o processo de exclusão socioespacial relacionado ao uso patrimônio cultural para fins turísticos reverbera sobre a própria população da cidade de uma maneira que ocorre uma superposição, que se observa no descompasso entre a identidade plural e multiescalar da comunidade local e uma identidade externa, simbólica, imagética e midiaticamente construída para fins de mercantilização do lugar (VILLASCHI, 2014).

Ao analisar o turismo em Ouro Preto é necessário fazer um balanço sobre os significados do tombamento para os moradores. Se o discurso oficial traz a “garantia da cidadania” e de que “sem o patrimônio eu não sou ninguém”, tal intenção não condiz com o cotidiano dos que lá vivem (BANDUCCI JUNIOR; BARRETTO, 2001, p. 86). Segundo Castriota (2009, p. 151) “pode-se notar hoje uma falta de identificação entre a população e o cenário barroco criado, que é percebido como espaço para o turista. Para manter sua cultura e tradições, o habitante local desenvolve uma estratégia de ‘ensimesmamento’, fechando-se cada vez mais em seu próprio grupo”.

Portanto, a atividade turística em Ouro Preto, face ao processo de mercantilização patrimonial, evidencia processos dialéticos em que se pesam sobre as dinâmicas territoriais e socioespaciais. Se por um lado os investimentos são destinados prioritariamente ao centro histórico, por outro a municipalidade permanece inerte em relação as suas periferias. Se o processo de espetacularização e mercantilização do centro histórico busca satisfazer os desejos de consumo do turista mais abastado economicamente, esse mesmo processo segrega o morador que não possui o mesmo poder de compra e também, por muitas vezes, não se sente pertencente ao patrimônio cultural da sua própria localidade.

Considerações finais

O processo de tombamento de Ouro Preto pelo IPHAN, decorrido no ano de 1938, marcou as primeiras contradições no entorno da política patrimonial implantada na cidade, pois caracterizou-se como um movimento elitista e também excludente. Essa lógica, inclusive, se perpetuou pelas décadas posteriores. Considera-se elitista, pois repercutiu na cidade um modelo

de política que elegeu como patrimônio os bens arquitetônicos associados às matrizes europeias, sobretudo àquelas vinculadas ao período barroco-colonial. Em contrapartida, analisa-se o mesmo processo como excludente, uma vez que as heranças materiais – denominadas de formas simbólicas - dos demais povos que contribuíram com a constituição socioespacial do lugar, especialmente os negros e escravos, ocuparam lugar subjacente na política patrimonial brasileira que elegeu Ouro Preto como pioneira.

Aproximadamente meio século após ser tombada pelo IPHAN, Ouro Preto inseriu-se na lógica da *patrimonialização* global ao ser a primeira cidade brasileira a receber, em 1980, a chancela da UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade. Esse movimento repercutiu com o reconhecimento econômico dos bens patrimonializados, que passaram a adquirir valor de mercado, principalmente para a atividade turística.

É importante ressaltar que a associação entre patrimônio e turismo não apresenta apenas aspectos positivos, como algumas vezes é transparecido em projetos e políticas que não reconhecem os direitos da população residente. Fundamentados em uma visão limitada do turismo somente enquanto atividade econômica e não enquanto fenômeno complexo, permeado de subjetividades inerentes ao transcorrer de territórios globalizados. Tal perspectiva está evidenciada em contradições que se materializam no espaço, reproduzindo notórias desigualdades territoriais nas localidades.

Dessa forma, a relação entre turismo e patrimônio, muitas vezes, contribui para continuidade da lógica excludente existente desde os primórdios da política patrimonial brasileira. Em Ouro Preto, é evidente um acentuado processo de *espetacularização* do centro histórico, concomitantemente à *espetacularização* da paisagem emoldurada pelos icônicos bens patrimoniais. Assim, elege-se essa fatia espacial da cidade como *locus* prioritário para implantação de políticas urbanas e patrimoniais. Ferreira (2021) também considera que não é novidade o fato de que os investimentos sejam distribuídos espacialmente de forma desigual na cidade. Mas é preciso que o pesquisador desenvolva um olhar investigativo que o permita enxergar aquilo que não está explícito, que se mantém oculto. Tratando-se em particular dos processos como segregação socioespacial de residentes e periferização em cidades patrimonializadas, Cruz (2012) considera ser importante observar atentamente a articulação que se fomenta, muitas vezes bem-sucedida, entre políticas urbanas e políticas de proteção do patrimônio.

Diante de tal realidade, verifica-se como alternativa iniciativas contra hegemônicas que procurem a implantação de políticas urbanas que busquem garantir o direito à cidade à toda população, sobretudo às parcelas socioeconomicamente mais vulneráveis e historicamente

obliteradas. Em oposição ao modelo de urbanismo mediado por interesses econômicos, espera-se que o poder local e as resistências sociais instituíam instrumentos de enfrentamento úteis frente ao processo de segregação socioespacial. Prezando pela manutenção de espaços multifuncionais, voltados para a fruição e apropriação efetiva do patrimônio, assim como para o exercício de uma cidadania plena.

Além disso, vislumbra-se uma política urbana mais justa, com foco em uma política patrimonial baseada na gestão participativa dos núcleos urbanos tombados. Há ainda a necessidade de ativar memórias que sejam integradoras, que estimulem o diálogo, que permitam escapar de imposições historicamente estabelecidas. Assim como, de suprir a carência de patrimônios identificados em todos os setores territoriais da cidade, sobretudo nos espaços marginais, e não somente localizados em seu centro histórico.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E. A. A. O fenômeno do turismo à luz da Geografia. *In*: RIBEIRO, M. A.; FERNANDES, U. D. S. e (Orgs.). **Geografia e Turismo: reflexões interdisciplinares**. v.1. Curitiba: Editora Appris, 2020. p. 49-58.
- BANDUCCI JUNIOR, A; BARRETTO, M. **Turismo e Identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Editora Papirus, 2001.
- CARLOS, A. F. A. Turismo e patrimônio: um aporte geográfico. *In*: PAES, M. T. D. e SOTRATTI, M. A. **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural: identidades, usos e ideologias**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 27-43.
- CASSEMIRO, R, F. A (Re)produção capitalista no turismo: o processo de mercantilização da paisagem e a (Re)produção do espaço. *In*: RIBEIRO, M. A; FERNANDES, U. D. S. (Orgs.). **Geografia e Turismo: reflexões interdisciplinares**. v.1. Curitiba: Editora Appris, 2020. p. 49-58.
- CASTRIOTA, L. B. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. *In*: CASTRIOTA, L. B. (org). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo horizonte: C/arte, 2003. p. 186-206.
- CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. UNESP, 2001.
- CIFELLI, G. A. A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto – MG. *In*: PAES, M. T. D. e SOTRATTI, M. A. **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural: identidades, usos e ideologias**. São Paulo: Annablume, 2010. p.113-138.

CIFELLI, G. Imagem, representação e dinâmica territorial do turismo em Ouro Preto e no Pelourinho – Salvador. **E cadernos CES** [Online], n. 15, p. 118-141, 2012. <https://doi.org/10.4000/eces.982>.

CIFELLI, G. **Imagem, representação e o uso turístico do patrimônio mundial**: uma análise de Ouro Preto (MG) e Salvador (BA). Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

COSTA, E. B. **A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial**: o caso de Diamantina (MG). Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2009.

COSTA, E. B. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX. V. **Finisterra**, n. 47, 2012. <https://doi.org/10.18055/finis1255>.

COSTA, E. B. **Totalidade urbana e totalidade-mundo – as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2011.

COSTA, E. B. Proposta teórico-metodológica para uma abordagem geográfica em núcleos urbanos tombados apropriados pelo turismo. **Paisagens – USP**, v. 7, p. 52-56, 2007.

CRUZ, R. C. A. “Patrimonialização do Patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v.16, n.2, p.95–104, 2012. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74255>.

CRUZ, R. C. A. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil Développement inégal et tourisme au Brésil Uneven development and tourism in Brazil. **Confins** (Paris), v. 1, p. 1-28, 2018.

CUNHA, V. L.; CALDEIRA, A. B. Refuncionalização: transformações na paisagem de Ouro Preto/MG. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, n. 34, p.180–217, 2017. <https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2017v24n34p180-217>.

FERREIRA, A. **A cidade que queremos**: produção do espaço e democracia. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

FERREIRA, T. Estratégias de inserção no circuito das cidades globais – turistificação das paisagens do Patrimônio Histórico e Cultura. In: RIBEIRO, M. A; FERNANDES, U. da S. (orgs.). **Geografia e Turismo**: reflexões interdisciplinares. Curitiba: Editora Appris, 2020. p. 209-220.

FUNARI, P. P. A; PINSKY, J. **Turismo e Patrimônio Cultural**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

GERHARDT, T, E.; SILVEIRA, D, T. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GESTEIRA, L. A. A. G. **A territorialização do capital financeiro e as multideterminações da expropriação capitalista no litoral norte sergipano**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2021.

GÓIS, M. P. F. Territórios do turismo? *In: A territorialização do turismo em Angra do Reis – RJ*. Monografia (Curso de Especialização em Políticas Territoriais). Instituto de Geografia, UERJ, 2009.

GUSENBAUER, M. Google Scholar to overshadow them all? Comparing the sizes of 12 academic search engines and bibliographic databases. *Scientometrics*, v. 118, n. 1, p. 177–214, 2019. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1007/s11192-018-2958-5>. Acesso em: 10 set. 2020.

HARVEY, David. *A Produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

JEUDY, H.-P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa Da Palavra, 2005.

LAZZAROTTI, O. Patrimoine et tourisme: un couple de la mondialisation. *Mappemonde*, v. 57, n. 1, p. 12-16, 2000.

LEITE, P. L.; BRUSADIN, L. B. A dualidade socioespacial de Ouro Preto (MG) dentre a patrimonialização global e as táticas cotidianas locais. *In: CALGARO, C. (org) Constitucionalismo e Meio Ambiente, Tomo I: constitucionalismo latino-americano e a ética*. Porto Alegre: Editora Fi. 2020. p.396-412.

LIMA, V. M. **Turismo rural no Estado do Rio de Janeiro**: mapeamento, reflexões e proposições. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

LOHMANN, G; NETTO, A. P. **Teoria do turismo conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2012.

NIGRO, C. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. *In: PAES, M. T. D; OLIVEIRA, M. R. S (orgs). Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annalube, 2010.

OLIVEIRA, M. R. S. A gestão do patrimônio em Ouro Preto. *In: PAES, M. T. D; OLIVEIRA, M. R. S (orgs). Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annalube, 2010.

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *GEOUSP Espaço E Tempo (Online)*, v. 3, n. 2, p.667–684, 2017 <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.128345>.

PAES, M. T. D; SOTRATTI, M. A. **Geografia, turismo e patrimônio cultural**: identidades, usos e ideologias. São Paulo: Annablume, 2017.

PAES-LUCHIARI, M. T. D. “Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano”. *GEOgraphia*, Revista de pós-graduação em Geografia, UFF/R.J. v. 15, 2005.

PIRES, H. F. Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do plano estratégico e sua inspiração catalã. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, v.15, n.895, p.13, 2010.

RIBEIRO, M. A; FERNANDES, U. D. S. **Geografia e Turismo**: reflexões interdisciplinares. v.1. Curitiba: Editora Appris, 2019. p. 49-58.

SANTOS, T. B. B; ELICHER, M. J. Turismo e Produção do Espaço na Cidade do Rio de Janeiro, **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 3, p. 654-675, 2013 doi: 10.11606/issn.1984-4867.v24i3p654-675.

SCIFONI, S. A. Natureza desigual do patrimônio cultural e outras perspectivas. *In*: PAES, M. T. D; SOTRATTI, M. A. (2017). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**: identidades, usos e ideologias. São Paulo: Annablume, 2017.

SERPA, A. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. **Revista Cidades**, v. 10, n. 17, 2013.

SILVA, D. A.; CARVALHO, R. M. B. ; SANTANA, J. C. Atuação do profissional de educação física na saúde pública: oportunidades e desafios. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2017, Campina Grande. II CONBRACIS, 2017.

SOTRATTI, M. A. Turismo cultural e patrimônio cultural: aproximações e contrastes. *In*: MARAFON, G. J., SOTRATTI, M. A; FACCIOLI, M. (Orgs.). **Turismo e território no Brasil e na Itália**: novas perspectivas, novos desafios. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p.22-40.

VIEIRA, L. C. **O colonial como marca**: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2016.

VILLASCHI, J. N. S. **Hermenêutica do patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto – MG**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2014.

NOTAS DOS AUTORES

Declaração de conflito de interesses

O presente estudo não possui conflitos de interesses.

Agradecimentos: Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), vinculado ao Instituto de Geografia (IGEOG) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Contribuição dos autores

O autor E.A.M.F foi responsável pela concepção, estruturação e desenvolvimento do trabalho, escrevendo o texto final; R.H.T.S além de ter feito uma revisão crítica e sistemática de todo o texto contribuiu com a construção do delineamento metodológico e com a elaboração das considerações finais; F.A colaborou com a seleção das referências mobilizadas na elaboração do texto, bem como com a construção do referencial teórico.

Endereço para correspondência

Rua Felício Queirós, 85. apto 103. Centro. Teixeira, MG. Cep: 36.580-000.

Submissão: 25/11/2022

Aceite: 05/09/2023